VIDA SAUDÁVEL COM AGROECOLOGIA, SOBERANIA E SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

POR QUE MARCHAR PELO DIRETO A VIDA SAUDÁVEL COM AGROECOLOGIA, SOBERANIA E SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Em primeiro lugar, porque não dá para admitir que pessoas em diferentes partes do mundo ainda vivam com fome ou tenham dificuldades para acessar alimentos saudáveis, num planeta que reúne condições suficientes para alimentar de forma adequada a população global. Em segundo lugar, porque o modelo dominante de produção e distribuição de alimentos é desigual, concentrador e explorador da biodiversidade, dos bens da natureza, dos territórios e seus povos.

Para encarar esses dilemas, as lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas por soberania e segurança alimentar e nutricional são indissociáveis da defesa e da construção da agroecologia. Afinal, só existe garantia de comida de verdade que chegue à mesa, à barriga e ao coração do povo se a produção e distribuição dos alimentos tiverem por base a construção de práticas socioambientais fundadas tanto na relação de unidade entre humanos e natureza, quanto no reconhecimento da diversidade de sujeitos, seus modos de vida, e no fim das desigualdades e formas de violência.

Insegurança Alimentar é um termo muito importante utilizado por pesquisadoras(es), Governos e organismos internacionais, para identificar situações em que há dificuldades nos domicílios de acesso regular à alimentação saudável. Para isso, são considerados três níveis de insegurança alimentar:

Leve: quando há preocupação ou incerteza sobre se o domicílio terá acesso a alimentos no futuro; nessa situação as famílias são forçadas a abrir mão da qualidade, em favor da quantidade de alimentos.

Moderada: quando há redução na quantidade de alimentos entre os adultos, que gera entre este grupo de pessoas mudanças nos padrões de alimentação, resultante da falta de alimentos, o que inclui pular refeições.

Grave: quando existe redução quantitativa de alimentos também entre as crianças. Nesse caso, o resultado da falta de alimentos afeta todas(os) as(os) moradoras(es) do domicílio, incluindo crianças. Nesse caso, todas as pessoas do domicílio passam a viver uma situação de fome.

Vamos conversar mais sobre isso?

Depois de um importante ciclo de políticas públicas que levaram o Brasil a sair, em 2014, do Mapa da Fome medido pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a insegurança alimentar voltou à mesa do povo brasileiro nos últimos anos. Aí você deve estar pensando que esse aumento foi resultado da pandemia, não é!? Mas, na verdade, várias pesquisas demonstram que a pandemia agravou uma situação que já era terrível. Os dados do IBGE registraram que o total da insegurança alimentar saltou de 22,6%, em 2013, para 36,7% em 2017/2018 (IBGE, 2020).

Como era de se esperar, esse quadro piorou em 2020, ou seja, no primeiro ano da pandemia. Duas pesquisas nacionais confirmaram essa tendência: i) a pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan, 2021) mostrou que 55,2% dos lares brasileiros viviam alguma situação de insegurança alimentar; ii) a pesquisa coordenada pelo grupo Food for Justice (Galindo et al., 2021) também confirma a gravidade da insegurança alimentar no Brasil, que chegou a 59,4% dos domicílios no final de 2020. Infelizmente, esses números continuaram piorando em 2022, como informa o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, apontando que cerca de 33 milhões de pessoas estavam em insegurança alimentar grave, ou seja, elas viviam em situação de fome.

Além disso, revelou as desigualdades por trás dos números, uma vez que a fome estava presente em 19,3% das casas em que a mulher é a pessoa de referência e em 18,1% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas. O agravamento da fome também foi percebido nas áreas rurais, onde a insegurança alimentar (em todos os níveis) esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Destes, 18,6% das famílias convivia com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional, tendo a fome atingido 21,8% dos lares da agricultura familiar.

Essa situação é resultado, principalmente, da ação sistemática iniciada pelo Governo Temer e aprofundada por Bolsonaro. Desde o Governo Temer vê-se o desmonte de políticas que vinham melhorando a vida e a produção de alimentos pela agricultutura familiar, a partir da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Governo Bolsonaro foi explícito em afirmar que sua agenda política não incluía a agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e comunidades tradicionais. Favoreceu apenas o agronegócio, com o apoio da bancada ruralista, de grandes empresas de sementes, adubos e venenos. Com isso, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especialmente, a ATER específicas como a ATER Mulheres e a ATER Agroecologia, os programas de construção de cisternas (P1MC e P1+2), entre outros, foram sendo desmantelados. Outros exemplos dos impactos desse Governo sobre a agenda alimentar foi a extinção dos espaços de participação social como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), felizmente, ambos recriados recentemente pelo presidente Lula. Também ocorreram ações de criminalização de nossas lutas, de perseguição dos movimentos sociais do campo e das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Durante os anos desse Governo estivemos na resistência e na luta pelo Fora Bolsonaro. Entendemos desde o início que este seria um Governo de destruição, sendo necessário recuperarmos um Governo democrático e popular. A eleição do Presidente Lula representa hoje a esperança de avançarmos no caminho da soberania e segurança alimentar e nutricional, mas sabemos que isso exige seguirmos em luta. Portanto, as mulheres do campo, das florestas e das águas se mantém organizadas, afirmando ao novo Governo e à sociedade, que é preciso retomar o ciclo de políticas e de participação social que fortaleçam a agroecologia e o trabalho das mulheres, promovendo, dentre outras coisas, o abastecimento alimentar, o apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos agroecológicos para um país livre da fome e pleno em soberania e segurança alimentar e nutricional.

Então, o que é soberania e segurança alimentar e nutricional?

Embora o termo segurança alimentar e nutricional esteja muito presente em espaços de debate e organismos que tratam do direito à alimentação, as mulheres do campo, da floresta e das águas vêm defendendo que a noção de segurança alimentar e nutricional precisa andar junto com a de soberania.

Como previsto na Lei nº 11.346, de 2006, a segurança alimentar e nutricional (SAN) "consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis".

Podemos dizer que são centrais no conceito de segurança alimentar e nutricional, as questões relacionadas à disponibilidade e acesso aos alimentos saudáveis. Nesse sentido, não podemos esquecer que por trás do acesso aos alimentos está um conjunto de desigualdades e relações de poder que o condicionam determinados grupos sociais, como por exemplo, as mulheres e as pessoas negras de terem acesso à comida de verdade; ou ainda, que existe uma realidade de concentração de terra, água e riquezas que estão a serviço das empresas produtoras de soja, e outras commodities de exportação, ameaçando a produção de alimentos saudáveis no Brasil.

Por tudo isso, a **soberania alimentar e nutricional** vem chamar atenção do mundo sobre a necessidade dos povos e nações terem resguardados o seu direito não só de acesso à alimentação saudável, mas de defender sua cultura alimentar e decidir sobre as formas de cultivo, distribuição, consumo e preparo dos alimentos. E isso tem a ver com o respeito às culturas e à diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. É um conceito construído desde a luta popular e dos movimentos sociais como contraponto a uma visão neoliberal da vida e da produção e consumo de alimentos.

Ao integrarmos soberania e segurança alimentar e nutricional queremos afirmar que: 1) o alimento saudável combina tanto aspectos nutricionais e de saúde, quanto a valorização da cultura alimentar dos diferentes territórios e povos; 2) todas as etapas envolvidas desde a produção até à distribuição e descarte de alimentos devem estar baseadas nos princípios da justiça social, ambiental, econômica e na autodeterminação dos povos; 3) é preciso reconhecer e valorizar o papel desempenhado por agricultoras/es familiares, camponesas/es, populações quilombolas, indígenas e da agricultura urbana, povos e comunidades tradicionais e, principalmente, pelas mulheres do campo, da floresta e das águas na produção agroecológica e proteção da biodiversidade em contraposição à lógica de exploração e lucro defendida pelo agronegócio e indústria global de alimentos.

Como afirmamos no título desse caderno de texto, a soberania e segurança alimentar e nutricional passa necessariamente pela construção e fortalecimento da agroecologia, tanto como conhecimento e prática capazes de gerar alimentos saudáveis numa interação respeitosa entres todos os seres (humanos e não humanos), quanto como modo de vida baseado em relações sociais justas e solidárias entre as pessoas em sua diversidade. Então, precisamos conversar mais sobre a agroecologia!

O que é agroecologia?

A agroecologia é um modo de vida baseado na construção de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais mais justas, gerando não só alimentos saudáveis, mas também relações de unidade e respeito entre as pessoas e todos os seres do planeta. Esse conhecimento veio dos saberes ancestrais, da forma como os povos tradicionais, indígenas e quilombolas, se relacionavam com a natureza, com a comida e com as pessoas. Tal modo de vida depende do acesso à terra, ao território e à água, e das práticas de respeito e cuidado com a biodiversidade e os bens comuns.

A concepção da agroecologia para as mulheres bebe ainda da fonte dos movimentos feministas e de mulheres que fazem o campo agroecológico. Elas têm lutado para que a sociedade, as instituições e o Governo nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) reconheçam o papel das mulheres do campo, da floresta e das águas e da agricultura urbana na produção de alimentos, mas também na produção de artesanatos e outros produtos que enraizados na vida nos territórios e comunidades, na proteção e conservação do meio ambiente. E além disso, têm lutado para o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados, assim como o autocuidado, como fundamentais para a sustentabilidade da vida.

As mulheres do campo, da floresta e das águas reforçam que "Sem feminismo não há agroecologia", pois não haverá comida de verdade e agroecológica em nossas mesas se vivermos em um mundo com violência contra as mulheres. Tais violências também estão estruturadas no racismo contra mulheres negras e indígenas, que denunciam que "Se tem racismo não tem agroecologia". A agroecologia neste contexto assume um posicionamento político de luta contra desigualdades sociais históricas no Brasil.

A forte interação dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais com os ciclos e processo naturais e todos os saberes associados mostra-nos a complexidade de sistemas agrícolas e saberes das comunidades tradicionais. E nesses contextos em diferentes biomas e ecossistemas, ao invés de falar de processos de transição agroecológica, é mais apropriado pensar em manutenção, fortalecimento, aprimoramento ou potencialização desses sistemas baseados nos saberes tradicionais. Precisamos de políticas públicas para manter ou recuperar seus territórios, para valorizar os alimentos do **agroextrativismo** praticado nesses sistemas agrícolas. Precisamos de salvaguardas para esses patrimônios como foi reconhecido **o sistema agrícola das apanhadoras(es) de flores na Serra do Espinhaço em Minas Gerais.**

Entendemos ainda que a agroecologia só é possível com democracia, pois para que ela germine é necessário ter políticas públicas inclusivas, espaços de participação social e fortalecimento das redes, de forma a potencializar a ação dos sujeitos que produzem alimentos - agricultoras(es) familiares, camponesas(es), mulheres, jovens, indígenas, quilombolas. Nesse sentido, vale destacar a luta das juventudes, que vêm brigando para serem vistas não apenas como ajudantes ou como o futuro do campo, mas que querem ser consideradas hoje como centrais para a vida e a produção rural.

O agroextrativismo é a união de uma atividade agrícola com a extração de produtos florestais nativos, visando associar a manutenção da vegetação nativa e as florestas em pé, com práticas de agricultura sustentável.

Um importante exemplo é o vivido por centenas de **comunidades de apanhadoras(es) de flores da Serra do Espinhaço/MG,** que estabeleceram uma relação cooperativa de longa data com a natureza, mantendo suas pastagens comuns e a paisagem natural em equilíbrio. Em 2020, a FAO reconheceu seu modo de vida como Patrimônio Agrícola Mundial. É a primeira comunidade no Brasil a receber o título. Além da criação de um parque nacional que proíbe a coleta, a mineração e plantações de eucalipto constituem ameaças a esse modo de vida ancestral.

Como as mulheres do campo, da floresta e das águas têm lutado por vida saudável com agroecologia e soberania e segurança alimentar e nutricional?

Pensar em vida saudável é valorizar o que comemos, mas também envolve outras dimensões, como a garantia de um conjunto de direitos para se ter uma vida digna e viver com autonomia sem discriminações e violência. Acreditamos que a agroecologia é o caminho para envolver toda a sociedade em uma nova forma de se relacionar com a comida, orientada pelos princípios da soberania e segurança alimentar e nutricional, e como resposta à busca por melhores condições de vida, com dignidade, saúde e justiça socioambiental.

Ao longo do processo de organização do movimento e do pensamento agroecológico, em muito, protagonizado pelas mulheres, houve o desenvolvimento de uma visão mais ampla do conceito de modelo de agricultura, incorporando além do produtivo, valores da economia solidária, do consumo consciente, do feminismo, da luta antirracista, da defesa ambiental, da reforma agrária e dos territórios da agricultura familiar, camponesa, dos povos e comunidades tradicionais, das(os) indígenas e quilombolas. Vale destacar a importância ainda da agricultura urbana e das experiências que as mulheres têm construído para que as cidades também sejam vistas como lugar de produção de alimentos agroecológicos.

A produção das mulheres, em geral, é diversificada, orientada pela preocupação com a saúde, meio ambiente e com a segurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, as práticas convencionais de agricultura contribuem cada vez mais para a contaminação do ambiente e para a erosão genética e cultural com o avanço dos monocultivos, dos agrotóxicos e dos transgênicos. Esse processo tem influenciado o consumo alimentar, com diminuição na diversidade de espécies consumidas pela população, provocando um processo de homogeneização dos hábitos alimentares. Ao mesmo tempo, produtos alimentícios ultraprocessados estão ameaçando a saúde e a vida da população, em especial das (os) negras (os) e dos mais pobres e excluídos.

Produtos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes)." Exemplo: sopas, macarrão e temperos 'instantâneos', molhos, salgadinhos "de pacote", refrescos e refrigerantes. (Guia Alimentar para a população brasileira, Ministério da Saúde, 2014. Pág. 41)

Ao longo das edições da Marcha das Margaridas, as concepções e pautas da agroecologia foram incorporando novos elementos, apresentando demandas aos Governos, propondo políticas públicas. Foi após a Marcha de 2011, e com a força de sua mobilização, que a ex-presidenta Dilma Roussef criou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012 e instituiu um Grupo de Trabalho para a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). As mulheres do campo, das águas e das florestas acompanharam todo o processo de construção tanto do I Planapo (2013) quanto do II Planapo (2016). No entanto, desde o Governo Temer vimos a redução de recursos para viabilizá-los, tendo sido completamente paralisada durante o Governo Bolsonaro. Mas esse cenário não nos desmobilizou! Nós, mulheres seguimos firmes mobilizando e pautando a construção do país que queremos. Além da Marcha das Margaridas, listamos outras importantes ações que fazem e inspiram as lutas, para que possamos conhecê-las mais:

Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia: **Paraíba: Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia | Geral (brasildefato.com.br)** e **Carta política Final (aspta.org.br).**

Marcha das Mulheres Negras: **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (geledes.org.br)** e **Marcha das Mulheres Negras - Geledés (geledes.org.br).**

Marcha das Mulheres Indígenas: **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: "lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida" | Cimi** e **Pela vida das mulheres, NÓS POR NÓS, pelas crianças e anciãs, seguimos em marcha! – ANMIGA.**

Cadernetas agroecológicas: **Biblioteca CTA - CTA - Zona da Mata (ctazm.org.br).**

I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia: **v4_Carta I Encontro Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia (ctazm.org.br)**

PARA DEBATER MAIS...

Como a situação de fome é vivida e sentida em seu território? Como essa realidade afeta a vida das mulheres?

Quais os principais desafios para a construção e fortalecimento da agroecologia e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em seu território?

Quais seriam as propostas de superação desses desafios?

Material bibliográfico consultado:

Brasil. Ministério da Saúde. (2014). Guia alimentar para a população brasileira/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf . Acesso em: fevereiro de 2023.

Galindo, E.; Teixeira, M. A.; De Araújo, M.; Motta, R.; Pessoa, M.; Mendes, L. e Rennó, L. (2021). Work Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice, Berlin, n. 4., 2ed. Disponível em: https://dx.doi.org/10.17169/refubium-29554.2. Acesso em: fevereiro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. (2020). https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf. Acesso em: fevereiro de 2023.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013. (2014). https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf. Acesso em: fevereiro de 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). (2022). II VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a Fome. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf Acesso em: fevereiro de 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). (2021). VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a Fome. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf. Acesso em: fevereiro de 2023.

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

Equipe:
Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação dos textos:
Eryka Galindo - Grupo de Pesquisa Food for Justice (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Contribuição ao texto:
Fran Paula - FASE
Liliam Telles - GT Mulheres da ANA
Maria Emília Lisboa Pacheco - FASE
Sarah Luiza de Souza Moreira - GT Mulheres da ANA

Contribuição ao debate:
Irene Maria Cardoso - UFV
Maria Emília Pacheco - FASE
Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023 (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília).

Edição final do texto:
Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Revisão final:
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira – CONTAG

Arte de capa:
Ribs

Projeto gráfico e diagramação:
Indi Gouveia e Brenda Cesário

Impressão:
Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG
(GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaisa Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Morais Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO: UnB | FUP SENAR

REALIZAÇÃO: ENFOC STTRs FETAGs 60 anos CONTAG

PARCEIRAS: Articulação de Mulheres Brasileiras · MIQCB · MAMA · GT Mulheres da ANA · UNICAFES · CONTAR · CONFREM BRASIL · CONAQ · CTB · CUT